

RELATORIA: 30º Encontro Técnico AESABESP

MESA REDONDA	Regularização Fundiária e Urbanização: uma questão de Saneamento e Saúde Pública			Nº	3
DATA	17/09/2019	HORÁRIO	13h30 às 15h00	LOCAL	Palco 3
EMENTA					
<p>A importância desta mesa é para discutir a ilegalidade das áreas peri-urbanas, rurais e ocupação irregular das áreas de mananciais urbanos, dificultando as empresas operadoras de saneamento básico e prefeituras de implantar uma infraestrutura de saneamento, que garanta a salubridade do meio ambiente e da população.</p> <p>Em face da não regularização fundiária, as empresas e prefeituras têm buscado vários programas inovadores com intuito de atender, mesmo com os entraves legais, a população carente. As inovações tecnológicas devem ser apresentadas para debate.</p>					
MODERADORA	Ana Lúcia Brasil				
FUNÇÃO	Engenheira	INSTITUIÇÃO	ABES / SP		
ABERTURA (contextualização do tema realizada pelo coordenador ou moderador da mesa redonda)					
<p>A mesa iniciou com a contextualização da eng^a Eliana Kitahara. Ela explicou a importância desta mesa, em especial quanto à problemática das áreas irregulares, principalmente na Região Metropolitana, e chamou a moderadora Ana Lúcia Brasil que, devido ao atraso, não fez comentários e somente apresentou o primeiro palestrante que iria discursar sobre a questão do saneamento na área metropolitana.</p>					
PALESTRANTE 1	Ricardo Araújo				
FUNÇÃO	Sociólogo	INSTITUIÇÃO	Sabesp / Metropolitana		
<p>Ricardo começou com uma apresentação da perspectiva histórica da regularização fundiária no Brasil, passando pelo conflito entre o loteamento e índices de crescimento das cidades, a Lei Lehmann, até a compreensão de que as cidades brasileiras eram diferentes das cidades europeias, que antes serviam de modelo para o nosso planejamento urbano.</p> <p>Tal mudança se consolidou com o Estatuto da Cidade, que buscava reconhecer a irregularidade como um fato, e com o desenvolvimento de um programa de extensão urbana por algumas gestões da prefeitura, estabelecendo uma data em que todas as favelas de São Paulo deveriam estar urbanizadas.</p> <p>Antes de 2012, esse programa parou e não se teve mais investimentos em infraestrutura pública devido à crise econômica e ao contingenciamento das contas públicas, sendo que hoje em dia ainda não há uma previsão de retorno do programa.</p> <p>Destacou a mudança de entendimento de regularização fundiária. Antigamente, a regularização era precedida pela infraestrutura, o que foi alterado devido à situação de paralisação dos programas de urbanização de favelas e à lei federal de 2017 que propõe que a regularização deva ser feita a qualquer custo, sob a justificativa de que condicionar a infraestrutura para a regularização vai atrasar ainda mais o processo.</p> <p>A magnitude das bacias Guarapiranga e Billings foi citada para ilustrar a necessidade de reconhecimento da cidadania dos seus habitantes e da aproximação da economia urbana formal com a economia urbana informal.</p> <p>O palestrante apresentou três fotos que demonstram as ocupações informais, e citou alguns exemplos de como a Sabesp está trabalhando nessas regiões, entre eles ações no núcleo Cantinho do Céu, o Programa Água Legal, o Programa Se Liga na Rede e o Projeto do Rio Pinheiros. Tais exemplos ilustram os desafios enfrentados atualmente pelos profissionais do setor de saneamento, visto que estamos numa situação delicada no sentido econômico e por isso, não teremos como trabalhar com grandes intervenções. Finalizou colocando que, ao mesmo tempo em que esses desafios geram uma perspectiva de desânimo, eles devem ser encarados como uma missão, e que quanto mais resultados obtivermos, ainda que não sejam perfeitos, melhor será para a população.</p>					
PALESTRANTE 2	Josué Vagner Campos Pereira				
FUNÇÃO	Engenheiro	INSTITUIÇÃO	Sabesp / Baixada Santista		
<p>Josué iniciou falando sobre a região da Baixada Santista, caracterizando-a como uma região próspera, turística, com vocação portuária, principalmente o Guarujá, que detém a terceira frota náutica do Estado e abriga a terceira feira nacional náutica. A Baixada Santista ainda possui vocação culinária, gastronômica, acadêmica, destacando-se a área da construção civil e petróleo e o Polo Industrial de Cubatão.</p> <p>O litoral da região apresenta várias áreas de proteção ambiental que estão sendo cada vez mais invadidas, invasões motivadas especialmente pelo crime organizado e apoio político.</p> <p>A quantidade de cidadãos que residem em área irregular, não somente no Guarujá, mas também na Baixada Santista como um todo, é muito expressiva, é crescente e não mostra sinais de recuo ou desaceleração, mesmo com esforços para realizar a desocupação. O palestrante ilustrou essa situação com o uso de imagens de regiões como Vila Nova, Vila Selma e Cantagalo. Tal situação é de extrema seriedade e acarreta na desvirtuação da vocação da cidade, para uma cidade ilegal, que dispõe esgoto a céu aberto e que é apresentada nas mídias devido a furtos, crimes, roubos, aumento do desemprego, violência e doenças.</p>					

<p>O palestrante apresentou uma série de ações praticadas hoje pela empresa, como os convênios assinados com os municípios (com repasse de 4% que deve ser utilizado para regularização fundiária e ação ambiental), o Programa Sanear Meu Bairro, Água Legal, Programa Se Liga na Rede, dentre outras. Ele mencionou o investimento da Agência de Cooperação Internacional do Japão - JICA, destinado para áreas regularizadas, que já foi realizado nos últimos anos, mas que necessita de continuidade e estudo para sua eficácia.</p> <p>O engenheiro frisou que o desadensamento das áreas irregulares, a regularização fundiária e a urbanização são primordiais para que a Sabesp possa atuar com os seus projetos, destacando a importância da presença do Ministério Público para garantir a legitimidade nesse processo e da atuação do Grupo de Atuação Especial do Meio Ambiente - GAEMA e do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO.</p> <p>O palestrante finalizou com a importância das boas práticas no saneamento, gestão e educação para universalização.</p>	
PALESTRANTE 3	Jiro Hiroi
FUNÇÃO	Engenheiro
INSTITUIÇÃO	Sabesp / Vale do Ribeira
<p>O palestrante começou com uma contextualização do Vale do Ribeira, localizado na região sudoeste do Estado de São Paulo, tomado por áreas protegidas e parques, pouco adensado, com presença expressiva de Mata Atlântica, que conta com a maior disponibilidade hídrica do Estado e que possui grande dificuldade para crescimento econômico.</p> <p>A região possui grande cadeia de cavernas e que, aliada à proteção ambiental, ocasiona riqueza de biodiversidade, proporcionando grande potencial turístico, justificado também pela presença de cidades históricas e muitos rios limpos.</p> <p>O Ministério Público têm atuado muito nas questões ambientais e o esgotamento sanitário foi uma delas.</p> <p>As ocupações irregulares atualmente são pacíficas, tanto na área rural como na área urbana.</p> <p>O fato de a região ser de alta vulnerabilidade social, aliada à questão da área ser muito protegida, leva a população a não possuir muito poder de renda. O Vale do Ribeira se caracteriza por possuir pouco adensamento, com grande número de comunidades isoladas (de 162 comunidades, 139 são isoladas), com grandes distâncias entre elas e as cidades, com vias de acesso muito precárias. Isto onera o custo com tratamento convencional e dificulta a implantação de soluções coletivas de esgotos.</p> <p>Jiro informou que desde 2011, aumentou-se o número de ligações de água e esgotos e a Sabesp vem trabalhando desde 2012 na questão do esgotamento dessas comunidades, apesar de terem sido firmados Termos de Ajustamento de Conduta - TACs a partir dos anos 2016 e 2017.</p> <p>Dada essa realidade e as características do Vale do Ribeira, acredita-se que as unidades sanitárias individuais - USIs - irão proporcionar a viabilização da universalização do saneamento. Diante disso, as USIs serão implementadas com ajuda da prefeitura, sendo que esse custo será dela quando o morador não puder arcar, e o Ministério Público fiscalizará. A adequação de projetos permitiu a diminuição do valor inicial para as obras, mas ainda falta conhecimento da população para implementar individualmente esses sistemas, e falta conhecimento técnico e fiscalização da prefeitura. Finalizou dizendo que as políticas públicas permitem a universalização por soluções individuais e que isso é possível com valores disponíveis no Fundo Estadual de Recursos Hídricos - Fehidro, na Fundação Nacional de Saúde – Funasa, e de outros programas da Sabesp.</p>	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	
<p>A moderadora Ana Lúcia realizou uma breve síntese das falas dos palestrantes para posteriormente passar a palavra para uma discussão mais aberta. Ela colocou que os convidados apresentaram casos sobre a questão da regularização fundiária e urbanização relacionados ao saneamento em lugares diferentes do Estado de São Paulo, que os TACs também são importantes e que as propostas de soluções individuais e semicoletivas devem ser utilizadas e aliadas de estratégias de educação e conscientização.</p>	
PARTICIPAÇÃO DO PÚBLICO (Questões abordadas)	
<p>Não foram feitas perguntas ou colocações do público. Entretanto, Eliana fez uma provocação para a mesa, perguntando quais as perspectivas para dar continuidade aos trabalhos da Sabesp e demais concessionárias, e como se manter firme e forte nessa proposta, com a falta de fiscalização para evitar as invasões e o seu aumento.</p> <p>Jiro voltou a falar na questão fundiária como problema decorrente da falta de fiscalização e falta de responsabilidade dos municípios. Ele também colocou que agora a Sabesp só pode atender água se tiver coleta e tratamento de esgotos, eliminando novas irregularidades, exemplificando que deve-se não somente eliminar o passivo, mas também não permitir que novas infrações sejam cometidas. Também defendeu que a parceria GAEMA é primordial.</p> <p>Josué lembrou que tudo precisa estar muito bem acertado, com prazos e entregas bem definidos, e ressaltou que a falta de programa habitacional é o gargalo. Esse déficit causa, além do problema político, o crime organizado, que também exerce forte influência no andamento e no sucesso dos projetos, sendo necessário garantir a segurança para regularizar as áreas.</p> <p>Ricardo reforçou que não podemos ficar esperando décadas e décadas para que se tenha uma infraestrutura implantada para começar o processo de regularização. A Sabesp tem ampliado o tratamento com a questão fundiária e ele advoga que o maior risco é a inércia. Ele defende que os profissionais do saneamento terão que ir além do convencional para garantir soluções de saneamento eficientes.</p>	
FECHAMENTO (Conclusões)	
<p>Ana Lúcia convidou todos os presentes para participar do lançamento do livro da ABES / SP e da Unicamp sobre tratamento e soluções diversas e expôs como a mesa pôde mostrar a diversidade de soluções e abordagens utilizadas pela Sabesp em lidar com o problema em questão.</p>	

Por último, Eliana reforçou a importância desse tipo de trabalho, capaz de devolver a autonomia, a cidadania para essas pessoas em situação de informalidade e como elas ficam felizes com a regularização.

RELATORA 1	Patricia Moreno Fernandes
------------	---------------------------

PROFISSÃO	Tecg ^a em Hidráulica e Saneamento Ambiental	INSTITUIÇÃO	ABES / SP
-----------	--	-------------	-----------

RELATORA 2	Luísa Mendes Brasil
------------	---------------------

PROFISSÃO	Engenheira Ambiental
-----------	----------------------

OBSERVAÇÕES	
-------------	--

Relatora Patricia observou que, embora no tema conste “saúde pública”, não foram apresentados dados e nem indicadores que ligassem a problemática da regularização fundiária à saúde. Isto ficou só subentendido nas falas dos palestrantes.